

A Nova Economia — II:

Dois vetores das análises

BENEDICTO FERRI DE BARROS

Se, guiados pela expressão "Nova Economia", buscarmos um corpo de doutrina sistemático, comparável ao modelo conceitual de um Keynes e de um Adam Smith, não o encontraremos. Esse produto intelectual ainda não existe.

A Nova Economia é, na atualidade, fruto de esforços isolados e heterogêneos, nascidos espontaneamente, se poderia dizer, de preocupações comuns à geração dos economistas que estão atingindo sua maturidade intelectual nos dias correntes e se deparam com uma realidade econômica inexplicável e intratável pelas doutrinas e práticas veiculadas pela voga intelectual dominante nas três últimas décadas. Essa voga não submergiu totalmente os ensinamentos dos mestres dissidentes como Hayek, Roepcke e Milton Friedman, scholars continuadores da Economia Política clássica, e sob sua influência, direta ou indireta, surgiram obras originais, destacaram-se autores e se criaram grupos de estudos ou "escolas" na maioria das grandes universidades americanas.

A despeito de que as raízes desse movimento possam ser datadas de trabalhos surgidos há 15 ou 20 anos, e de que na relação dos nomes principais de economistas integrados nessa nova linha de estudos se encontrem numerosos veteranos, a grande massa de obras e trabalhos da Nova Economia vem sendo, sintomaticamente, empreendida por jovens economistas, com mais de 30 e menos de 50 anos. Não é pouco dizer-se que o lastro de suas idéias constitui a base da nova política econômica empreendida por Reagan. Mas, a despeito de focos intelectuais isolados que seguem na Europa direção análoga, a Nova Economia constitui no continente europeu uma novidade intelectual conhecida de poucos — ainda que muitas de suas idéias coincidam com o esforço de Thatcher para recuperar a economia inglesa.

Keynes dizia que as razões invocadas pelos práticos da economia em todos os tempos geralmente correspondem a visões que grandes economistas, defuntos, tiveram da realidade há mais de 30 anos, e Lepage testemunha que a maioria dos argumentos da política econômica corrente ignora as aquisições científicas originais que a Nova Economia acumulou de 1965 para cá.

Esse movimento, que caracterizamos como um esforço espontâneo das novas gerações de economistas de repensar a realidade econômica fora dos quadros do monolitismo macroeconômico keynesiano e da mitologia ideológica estatal que dominam as concepções e práticas econômicas correntes, embora não constitua um corpo de doutrina unificado, partilha características comuns e já produziu alguns resultados conceituais que tornaram obsoletos dogmas fundamentais do pensamento econômico em voga.

Qualquer cabeça limpa, capaz de uma visão clara e descomprometida da estrutura econômica das nações ocidentais, forçosamente há de ter sua atenção chamada para o fantástico agigantamento do Estado na vida econômica durante as últimas décadas. No domínio das idéias, não é menos claro que todas as explicações e receitas correntes dadas para as instituições e fatos econômicos se acham — saibam ou não — impregnadas dos lugares-comuns disseminados pela propaganda "socialista", ou meramente marxista, que caracterizou esse período. Finalmente, destaca-se como realidade macroscópica no cenário econômico uma paralisia de crescimento, onde inflação e desemprego se acham acoplados numa síndrome impensável para os estudiosos do ciclo econômico e para qual foi necessário cunhar um novo conceito: a estagflação. É impossível dissociar esse quadro da ação dos todopoderosos dirigentes da economia no período. A rebelião mundial contra a tecnocracia vem acompanhada de profundo descrédito pela ciência econômica, por um antieconomismo visceral, como assinala Lepage.

Nada a estranhar, portanto, que os novos economistas tenham, de um modo geral, voltado suas atenções para analisar os resultados da atuação do Estado, como principal agente e responsável econômico da atualidade. Dentro do mesmo quadro, grande número deles se pôs a revisar as concepções correntes sobre propriedade, produção, eficácia, poupança, lucros, distribuição. E alguns foram mais longe, para se perguntar se o vilipendiado paradigma do homo oeconomicus, que serve de postulado primordial à ciência da escassez, não poderia ser ampliado metodologicamente, para permitir uma compreensão mais abrangente e mais próxima da realidade de todos os fenômenos sociais — uma reedição às avessas, e com resultados contrários, ao do materialismo histórico.

A verdade é que, com a visão macroestatal da economia adotada pelos keynesianos de 1936 para cá, se perdeu a noção empírica do que se passa, na realidade, com a economia, que continuou e continuará a ser praticada pelos homens.

Afinal, mais se fez política econômica do que economia política.

Sem ter presente esses dois fatores macroscópicos não se pode compreender a realidade econômica contemporânea. A Nova Economia alargou suas vistas para essa situação e tomou ao seu cargo um inventário e exame crítico da herança factual e ideológica recebida.

Em próximos artigos, passaremos da teleobjetiva para a grande angular, examinando de perto algumas posturas e contribuições conceituais da Nova Economia. (No primeiro artigo desta série, onde está nossos investimentos, leia-se novos investimentos — 8º parágrafo, 3ª linha.)